



Extensio
UFSC

Revista Eletrônica
de Extensão

ARQUIVO DA FACULDADE DE DIREITO DO RECIFE: ACESSO À CULTURA ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Humberto João Carneiro Filho
Universidade Federal de Pernambuco
humbertocarneiro@gmail.com

Ingrid Rique Rique da Escóssia Pereira
Universidade Federal de Pernambuco
ingrid.rique@gmail.com

Elizabeth da Silva Guimarães
Universidade Federal de Pernambuco
bethguimaraes_@hotmail.com

Resumo

Este trabalho tem como propósito apresentar uma síntese das atividades e dos resultados obtidos na realização do projeto de extensão “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico”, executado na Faculdade de Direito do Recife, da Universidade Federal de Pernambuco, durante os meses de abril a dezembro de 2018. O artigo apresenta como pressuposto de concepção e desenvolvimento do projeto a configuração da participação na vida cultural enquanto um direito humano, constituindo-se a extensão universitária em privilegiada oportunidade de fomentá-la, ao integrar esforços da comunidade acadêmica e de toda sociedade na preservação e democratização do acesso aos bens culturais. Nesse sentido, são também descritos os materiais e métodos observados durante a execução do projeto na UFPE. Os resultados revelam a contribuição da extensão universitária para a conservação do acervo e democratização das informações através da digitalização, descrição e posterior publicação dos documentos nos meios digitais.

Palavras-chave: Faculdade de Direito do Recife. Arquivo. Memória. Preservação.

ARCHIVE OF FACULTY OF LAW OF RECIFE: PRESERVATION AND ACCESS THROUGH UNIVERSITY EXTENSION

Abstract

This work aims to present a synthesis of activities and goals of the university extension project “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico”, executed at Faculty of Law of Recife, Federal University of Pernambuco, between april and december 2018. The article presents the conception and development of the project as the configuration of participation in cultural life as a human right, constituting the university extension as a privileged opportunity to promote it, by integrating efforts of the academic community and the whole society in the preservation and democratization of access to cultural goods. In this sense, the materials and methods observed during the execution of the project at UFPE are also described. The goals show the contribution of university extension to the conservation of the collection and also to the democratization of data and information through the digitization, description and subsequent publication of documents in digital media.

Keywords: Faculty of Law of Recife. Archive. Memory. Preservation.

ARCHIVO DE LA FACULTAD DE DERECHO DEL RECIFE: ACCESO A LA CULTURA A TRAVÉS DE LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA

Resumen

Este trabajo tiene como propósito presentar una síntesis de las actividades y de los resultados obtenidos en la realización del proyecto de extensión: “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico”, ejecutado en la Facultad de Derecho de Recife, Universidad Federal de Pernambuco, durante los meses de abril a diciembre de 2018. El artículo presenta como presupuesto de concepción y desarrollo del proyecto la configuración de la participación en la vida cultural como un derecho humano, constituyéndose la extensión universitaria de privilegiada oportunidad de fomentarlala, al integrar esfuerzos de la comunidad académica y de toda sociedad en la preservación y democratización del acceso a los bienes culturales. En este sentido, se describen también los materiales y métodos observados durante la ejecución del proyecto en la UFPE. Los resultados revelan la contribución de la extensión universitaria para la conservación del acervo y democratización de la información mediante la digitalización, descripción y posterior publicación de los documentos en los medios digitales.

Palabras clave: Facultad de Derecho del Recife. Archivo. Memoria. Preservación.



Esta obra está licenciada sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/).

Extensio: R. Eletr. de Extensão, ISSN 1807-0221 Florianópolis, v. 16, n. 34, p. 47-65, 2019.

INTRODUÇÃO

No ano de 1827 foram criados os dois primeiros cursos superiores no Brasil através da Lei Imperial de 11 de agosto assinada pelo Imperador D. Pedro I: um dos cursos na cidade de São Paulo (atual Faculdade de Direito da USP) e o outro na cidade de Olinda (atual Faculdade de Direito do Recife da Universidade Federal de Pernambuco). A instauração dos primeiros cursos jurídicos oportunizou não apenas o estabelecimento de instituições de ensino superior independentes a partir de 1828, sendo tal anseio presente desde os tempos coloniais (BEVILÁQUA, 2012, p. 17), como também, deu azo à pretensão de implantar centros culturais em prol da inovação intelectual pátria pós-independência.

Carinhosamente alcunhada de “FDR”, a Faculdade de Direito do Recife representa um verdadeiro símbolo da cultura jurídica do Brasil, uma vez que em seus mais de 190 anos de história foi ela palco de grande agitação política, cultural e social. Além disso, foi celeiro de destacadas figuras da intelectualidade brasileira, sobretudo no século XIX, incluindo-se entre seus ex-alunos personalidades notáveis como Tobias Barreto, Joaquim Nabuco, Eusébio de Queirós, Castro Alves, Rui Barbosa, Pontes de Miranda, Clóvis Beviláqua, Raul Pompéia, Augusto dos Anjos e Eitácio Pessoa.

A importância desta instituição para a educação do Brasil tornou-se ainda mais notória com a formação da chamada “Escola do Recife”, movimento intelectual surgido entre os anos de 1860 e 1880 que representou a convergência dos pensamentos e anseios histórico-nacionais da época. Como bem cita Alberto Venâncio Filho:

A realização daquela grande tarefa a que se tinham proposto as faculdades de direito, de representarem grandes centros de estudo das ciências sociais e filosóficas no Brasil, mas da qual, via de regra, se vinham omitindo ou escapando, pois trazia o movimento no seu bojo um problema de transformação de ideias no campo da filosofia, no campo do pensamento científico e no campo da crítica literária. (VENÂNCIO FILHO, 2011, p. 96)

Nota-se, portanto, a relevância da Faculdade de Direito do Recife para a história social-política-cultural brasileira, sendo ela formadora de importantes vultos da vida cultural pátria e importante referência da história da educação no Brasil no século XIX, com especiais reflexos até o presente. Nesse sentido, em relação à Faculdade e à Escola do Recife Pinto Ferreira expõe:

A Faculdade de Direito do Recife é *alma mater* da Universidade e cenário de justas glórias científicas. Ela é um grande centro de debates das questões filosóficas, um cenário de discussões literárias (...). Nela sempre trepidou a pulsação de um novo saber, agigantando em muitas épocas o cenário político e jurídico do país. (FERREIRA, 1981, p. 28-29)

A partir desse curto apanhado histórico, nota-se o quão importante é a Faculdade de Direito do Recife e tudo de que ela se compõe. O edifício, o acervo de sua biblioteca histórica, e os documentos arquivísticos produzidos ao longo de sua existência são verdadeiras fontes históricas e que em muito contribuem para a biografia jurídica, cultural e política brasileira. O seu arquivo histórico, portanto, constitui-se como relevante espaço de guarda e preservação da memória institucional, individual e coletiva da sociedade brasileira, assim como da própria história da educação jurídica no Brasil. É ele, pois, um privilegiado e simbólico “lugar de memória” – na feliz e consagrada expressão de Pierre Nora – ao possibilitar a articulação entre produções oficiais e outros textos arquivados nas estantes com os anseios de reconstrução e conhecimento do passado e mesmo do presente: memórias de grupos, pessoas, instituições e, ainda, da própria identidade do país.

A origem dos arquivos relaciona-se, comumente, com a passagem da oralidade para a escrita, uma vez que essa transformação possibilitou a introdução de um novo elemento: o suporte. Tal suporte, ou registro do conhecimento, constituiu os primeiros acervos das primeiras instituições na Antiguidade, chamadas de “arquivos primitivos”. A passagem da cultura oral para a escrita ocorreu em consequência da necessidade humana de registrar, preservar e comunicar os atos, conhecimentos, sentimentos, sobretudo aqueles ligados às transações administrativas, econômicas e políticas da época.

Nesse sentido, Silva (1998, p. 45) observa que “a importância da escrita para a atividade humana levou, automaticamente, à consciência de que era preciso conservar tais registros, tendo em vista uma posterior utilização”. Por conseguinte, o homem, desde os primórdios da vida em sociedade, busca incessantemente alternativas para a preservação da memória, o que justifica a crescente notoriedade de arquivos e bibliotecas como ambientes de construção material relevante para a história e, também, de ressignificação da memória.

Pierre Nora (1993), em seu texto “Entre memória e história, problemáticas dos lugares”, enfatiza o processo de ruptura entre presente e passado em decorrência da aceleração do tempo e assinala a importância da consagração de “lugares de memória” na atual sociedade desritualizada: “fala-se tanto de memória porque ela não existe mais” (NORA, 1993, p. 7). Além disso, uma contraposição entre memória e história também pode ser encontrada no texto de Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta

do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

Nora evidencia o processo de transformação dos testemunhos e memórias em narrativas, em decorrência da necessidade da transmissão de fatos da história de forma didática e documentada, num processo de restabelecimento do vínculo com o passado. Assim, tendem a conduzir novas possibilidades de interpretações de memórias, e nesse processo, à relação dos fatos históricos e cronológicos se sobrepõe o interesse pela difusão e valorização do testemunho. Na possibilidade de contrapor o rompimento de tradições à necessidade de memória, coloca-se a pertinência dos lugares da memória como espaços que retêm e cristalizam testemunhos, como um ponto de referência em meio à relatividade das narrativas históricas, pois “a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas” (NORA, 1993, p. 9).

Convém ainda ressaltar, a relação oportuna entre a ativação da memória e a criação de arquivos históricos, identificados por Nora como suportes de lembranças que tiveram seu significado transformado ao longo do tempo: a lembrança deixa de ser uma prática social e se torna um acúmulo de informação vinculado a grupos de representatividade social.

À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se este dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história (NORA, 1993, p. 15).

Nesta perspectiva, diz Nora que os lugares são essenciais para a preservação da memória e só existem porque não há outros meios: “se ainda habitássemos nossa memória, não precisaríamos consagrar-lhe lugares” (NORA, 1993, p. 19).

Assim, é possível assegurar que a memória é tanto aquela que nos é fornecida, como também a que podemos construir a partir de processos sociais. A busca do equilíbrio entre a história e memória, quando relacionado ao patrimônio, pode representar uma estratégia para instituições de preservação na interação com a sociedade, numa ação de integração das discussões de conservação, que incluem estratégias de gestão participativa e de proteção abrangente da memória, aproximando o cidadão de suas próprias narrativas, testemunhos e representações simbólicas.

Trabalhando a partir de tais perspectivas, são executados na Faculdade de Direito do Recife projetos de extensão universitária que têm proporcionado a preservação de acervos

culturais por intermédio de atividades de conservação preventiva, descrição, digitalização e disponibilização em plataformas digitais. Além disso, em tais projetos – que pressupõem a relevância da extensão universitária na formação interdisciplinar dos sujeitos envolvidos na salvaguarda do patrimônio documental e cultural, para além daqueles que integram o quadro funcional da instituição – também são promovidos eventos de divulgação do patrimônio histórico e cultural de que é depositária a Faculdade de Direito do Recife, por meio de minicursos, palestras e encontros temáticos, com vistas a oportunizar o debate a respeito das questões relacionadas à proteção do patrimônio cultural brasileiro.

O primeiro dos projetos, iniciado em 2016 e em execução até o presente, é intitulado “Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife”, contando com a participação de estudantes de diferentes cursos, além de Direito, servidores da Universidade Federal de Pernambuco e membros externos à comunidade universitária. O segundo, de composição semelhante ao anteriormente referido e a ele conexo, foi denominado “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico”, cujas ações, desenvolvidas no ano de 2018, são objeto de apreciação sintética neste manuscrito.

Para tanto, em um primeiro momento, será enfatizada a importante relação entre exercício dos direitos culturais, incluído na categoria de “direito humano”, e a extensão universitária, um dos pilares da universidade brasileira, por expresso comando constitucional. Ato contínuo, serão discriminados aspectos relativos às características do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, para uma melhor compreensão dos seus propósitos específicos, além dos métodos e materiais utilizados nas etapas da execução do referido projeto. Apresentam-se, ainda, relatos sobre os processos de preservação do acervo documental (conservação preventiva, descrição, digitalização e disponibilização) executados no projeto durante o ano de 2018.

EXERCÍCIO DOS DIREITOS CULTURAIS ATRAVÉS DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Constituição da República de 1988, apesar de ainda persistentes limitações em sua execução programática, é um importante marco para a história do Brasil, dentre outras razões, ao projetar, e mesmo concretizar, várias garantias de fundo individual e coletivo. No campo da educação superior nota-se a firme consagração do “princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 1988 [art. 207]).

A extensão universitária é, assim, considerada juntamente ao ensino e à pesquisa, como um dos pilares do ensino superior nas universidades brasileiras. A opção do Constituinte deu-se no sentido de privilegiar na formação universitária a vinculação do ensino a outras vivências e dinâmicas acadêmicas.

Em breves palavras, cabe à extensão universitária o papel precípua de estabelecer a relação direta entre universidade e a comunidade a ela externa. Isso fica evidenciado nas finalidades do ensino superior estabelecidas pelo artigo 43 da Lei nº 9.394 de 1996, que cuida das diretrizes e bases da educação nacional:

VII - Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - Atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (BRASIL, 1996)

Inserido no contexto do papel da extensão universitária, o projeto “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico” teve como escopo principal realizar a integração da universidade com a sociedade através do acesso à informação e, por conseguinte, a conhecimento sobre sua própria história. Aproximar o acervo histórico da FDR à população é permitir o acesso aos bens culturais e isso se identifica com a ideia de exercício dos direitos humanos. Ademais, pretendeu-se, através das ações da extensão, conferir larga visibilidade ao acervo arquivístico e, de tal modo, colaborar para o acesso aos bens culturais ali presentes.

Os chamados “direitos culturais” são partes integrantes dos direitos humanos. Além de terem sido expressamente previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos de 1948, foram eles positivados pela Constituição de 1988, em seu artigo 215, *caput*. A “constitucionalização” desses direitos pode ser percebida como uma inovação que deu a este grupo de direitos humanos uma importância e necessidade inéditas. O acesso à história, à memória e à cultura é compreendido como um direito do cidadão e dever do Estado, todavia, a comunidade também é instada a fazer-se partícipe colaboradora na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, pelas mais diversas formas (§1º do artigo 2016 da Constituição de 1988).

Nesse sentido, é possível traçar um paralelo entre a noção de exercício dos direitos humanos, notadamente a participação na vida cultural, o dever de participação comunitária na proteção do patrimônio cultural e os potenciais transformadores e formativos de que é dotada a extensão universitária. Aproximar a população da universidade pode ser uma forma

primorosa de dar acesso ao exercício dos direitos culturais e, ao mesmo tempo, torná-la copartícipe no processo de preservação dos bens culturais. Nesse sentido, o projeto “Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico”, teve como um de seus escopos centrais possibilitar a democratização de tais bens, contribuindo para a participação da sociedade na vida cultural.

MATERIAIS E MÉTODOS

As ações do projeto foram executadas no período compreendido entre 02 de abril a 31 de dezembro de 2018, e tiveram como local de realização, predominantemente, as dependências do próprio Arquivo da Faculdade de Direito do Recife, atualmente localizado no Anexo II do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Pernambuco, na cidade do Recife¹.

Tal arquivo foi criado juntamente com a própria Faculdade, sendo, desse modo, também datado de 11 de agosto de 1827. Sua instalação objetivava a guarda, o tratamento e a preservação da documentação produzida pela Faculdade, além de fornecer as informações aos usuários internos e externos. Desse modo, percebe-se que o arquivo inicialmente possuía uma função mais administrativa, pois sua finalidade era manter informações referentes ao corpo discente, docente e administrativo da universidade.

As primeiras informações encontradas a respeito da organização do Arquivo da Faculdade de Direito do Recife datam do fim da década de 1910, quando realizadas as primeiras atividades de sistematização, na gestão do Diretor Professor Netto Campello (BEVILAQUA, 2012). Corroborando com essa afirmação, segue um trecho do ofício nº 43, de 31 de dezembro de 1923, enviado pelo Diretor Netto Campello ao Barão Ramiz Galvão, relatando tal esforço:

[...] o Arquivo da Faculdade vem sendo reorganizado desde 1917 [...]. Nunca me constou que se tivessem feito outras reorganizações no Arquivo que, impropriamente, se chamava assim, por ser muito incompleto e deficiente. O que sei é que o Arquivo reclamava colocar-se na altura dos serviços e necessidades da Faculdade e por esse motivo designei em comissão dois amanuenses - Bacharéis João Cabral de Mello Filho e Garcilaso Velloso Freire, - para lhe darem outra feição, completando-o e reorganizando-o nos moldes do excelente Arquivo do Palácio do Governo deste Estado. Mas folgo de declarar, Exmo. Sr. Barão Ramiz Galvão, que o meu objetivo foi cercado de feliz êxito, portanto os amanuenses, depois de meses de ininterrupto, pesquisador, estafante e inteligente trabalho, deram cabal desempenho à comissão, oferecendo à Faculdade um Arquivo modelar,

¹ Endereço: Rua do Hospício, nº 619, Boa Vista, Recife, Pernambuco, Brasil.

talvez o melhor que conheço depois daquele cuja excelência assinaei. Nenhuma recompensa receberam os aludidos amanuenses senão honrosos e justos votos de louvor, que mandei consignar numa portaria, não só pelo resultado feliz da comissão, como também pelos serviços prestados a Faculdade (VEIGA, 1998, p. 20-21).

É importante ressaltar que o acervo do Arquivo e a própria Faculdade de Direito ocuparam diversos endereços ao longo dos seus mais de 190 anos de existência. As constantes mudanças de sede somadas a eventos acidentais, tais quais como inundações, sofridos pelo Arquivo, fizeram com que alguns documentos fossem perdidos ou extraviados (CÂMARA, 1904). Contudo, em que pese os diversos percalços, o acervo possui diversos documentos, inclusive alguns datados de 1827, mostrando-se, desse modo, como um dos mais completos do Brasil.

No ano de 2014², o Arquivo foi reaberto oficialmente em sua sede definitiva e atual. Através da campanha “O Direito Passa Por Aqui”, realizada gestão da Diretora Professora Luciana Grassano, foi possível dar uma maior visibilidade e cuidado ao acervo histórico da FDR, reunindo-se uma gama de documentos, entre os quais livros de matrícula, julgamentos de exames, dossiês de alunos e professores, certidões de idade, guias de transferências, provas, termos referentes a concursos para substitutos e catedráticos, termos de posses, memórias históricas, registros de cartas de bacharéis e doutores, relatórios, correspondências, atas da Congregação, decretos, regimentos internos, programas de ensino, negativos de vidro e estatutos.

Figura 1: Fachada do Arquivo



Fonte: Ingrid Rique (2015)

Figura 2: Documentos



Fonte: Ingrid Rique (2018)

Figura 3: Sala do Arquivo



Fonte: Ingrid Rique (2018)

² A solenidade ocorreu em 11 de agosto de 2014, foi presidida pelo reitor Anísio Brasileiro e contou com a presença da diretora do Centro de Ciências Jurídicas, Luciana Grassano.

Nota-se, portanto, a relevância da documentação histórica que integra o Arquivo do Centro de Ciências Jurídicas da UFPE, e também, a necessidade de preservação desse acervo tão significativo para a história jurídica do Brasil. Dessa forma, a organização e preservação do Arquivo da FDR são mais do que uma necessidade, são um dever do poder público (em especial, da Universidade Federal de Pernambuco) e também de toda a sociedade.

Foi pensando no compromisso social com a preservação e divulgação de tal acervo arquivístico que se concebeu o projeto ora em comento, congregando na execução das suas atividades não apenas professores e servidores técnicos da própria Faculdade como também – e principalmente – estudantes da UFPE de diversos cursos como Biblioteconomia, Direito e História. As ações tiveram como público-alvo a comunidade externa da UFPE (estudantes, pesquisadores ou qualquer pessoa interessada na história do ensino jurídico brasileiro nos séculos XIX e XX), e a comunidade interna da UFPE, incluindo professores, técnico-administrativos e estudantes.

Foram desenvolvidas atividades voltadas à preservação do patrimônio documental da Faculdade de Direito do Recife, tais quais conservação preventiva (higienização, acondicionamento e armazenamento), descrição e digitalização dos documentos, bem como outras ações que objetivaram valorizar e difundir a memória da instituição, estimulando a integração entre a universidade, a comunidade em geral e tal espaço, além de incentivar pesquisas nas áreas do Direito e História.

Digitalização e descrição de documentos

Foi realizado, inicialmente, um trabalho voltado de modo prioritário à digitalização de diversos documentos de grande relevância para o acervo da Faculdade. Afinal, as ações voltadas à descrição, digitalização e posterior disponibilização de documentos tornam o acervo acessível e útil para a sociedade em geral. A digitalização, processo de conversão de um documento para o formato digital, foi realizada por meio de dispositivo apropriado, aparelho *scanner* (*Fujitsu Scansnap Sv600*), evitando o futuro manuseamento do material. Já a descrição levou em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de aproveitáveis instrumentos de pesquisa. É importante salientar, nesse sentido, que a descrição e elaboração de instrumentos de pesquisas são as principais funções do arquivo permanente, porque é através desse material que o público tem acesso ao acervo custodiado pela instituição. É por meio desses instrumentos que o documento se torna conhecido e contextualizado, estimulando a pesquisa e o conhecimento.

A disponibilização do material digitalizado vem sendo realizada aos poucos através da divulgação nas páginas eletrônicas www.ufpe.br/memoriafdr e www.ufpe.br/arquivoccj.

Higienização e acondicionamento de documentos

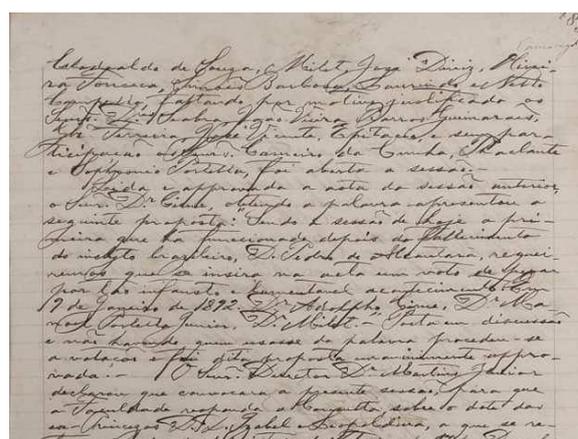
Com o intuito de possibilitar a conservação preventiva do acervo, foram também realizados esforços de higienização, acondicionamento e armazenamento adequados dos documentos: a higienização diz respeito ao processo de retirada, por meio de técnicas apropriadas, de poeira e outros resíduos; o acondicionamento refere-se à confecção de embalagens de documentos visando à sua preservação e posterior acesso; já o armazenamento trata da guarda de documentos em mobiliário apropriado (arquivo/estantes deslizantes). Durante a vigência do projeto de extensão, foi possível a confecção de inúmeras “caixas”, “envelopes” e suportes adequados à guarda dos documentos. Como exemplo, as caixas feitas de papel cartão para o acondicionamento das atas da Congregação. Esses e outros documentos, após digitalizados, devem ser expostos ao contato humano apenas quando este for indispensável à pesquisa, visto que as ações voltadas ao correto acondicionamento do suporte objetivam conferir maior durabilidade através do isolamento e menor manuseio possível.

Figura 4: Acondicionamento de documentos



Fonte: Elizabeth Guimarães (2018)

Figura 5: Documento digitalizado



Fonte: Ingrid Rique (2018)

Curso de noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos

Nos dias 10, 11 e 12 de julho de 2018 foi realizada a oficina de “Noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos” para os estudantes extensionistas do projeto, bolsistas e servidores da UFPE. Ela foi realizada no Laboratório de Restauração e Conservação da Faculdade de Direito do Recife – LABOR³ e orientada pelos servidores da UFPE e restauradores Angélica Borges e Gerardo Moura.

A atividade formativa teve como intuito principal proporcionar conhecimentos essenciais voltados à salvaguarda de acervos, para além de permitir momentos de reflexão e debate sobre a preservação dos documentos históricos. Dentre os participantes, estiveram alunos dos cursos de Direito, Biblioteconomia, História e servidores da própria universidade que atuam no Arquivo e Biblioteca da FDR.

Durante os três dias de curso foram oferecidas instruções sobre modos de aferição de temperatura/umidade do ambiente de acervo, além de práticas voltadas para higienização, catalogação e acondicionamento dos livros, possibilitando significativo aprendizado e debate multidisciplinares que em muito contribuíram para as atividades diárias realizadas no Arquivo da Faculdade.

³ Instagram: @labor_fdr.

Figura 6: Atividades realizadas durante o curso sobre noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 7: Atividades realizadas durante o curso sobre noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 8: Higienização de documentos.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 9: Participantes o curso sobre noções básicas de preservação e conservação de acervos bibliográficos e arquivísticos.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Realização de trabalhos iniciais de restauração de documentos

Por fim, é digna de menção a execução de trabalhos iniciais de restauração de documentos, inclusive, com o auxílio dos conhecimentos adquiridos no curso realizado do Laboratório de Restauração e Conservação – LABOR. Foi possível iniciar, de tal modo, o trabalho de “descostura” de volumes referentes à “*Lista geral dos estudantes matriculados na Faculdade de Direito do Recife*”, dos anos de 1854 a 1911, documento constantemente consultado por pesquisadores de todo o país interessados em obter informações pessoais sobre personalidades que estudaram na FDR.

Por se tratar de um trabalho delicado, o esforço consistiu em uma série de procedimentos específicos como registro fotográfico, diagnóstico, numeração, desmonte da costura e limpeza mecânica, para posterior tratamento aquosos (lavagem com água e produtos químicos), reconstituição do suporte, encadernação, acondicionamento e digitalização, utilizando-se de materiais como bisturi, cola, espátula e trincha.

Figura 10: Processo de restauração de documentos.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 10: Processo de restauração de documentos.



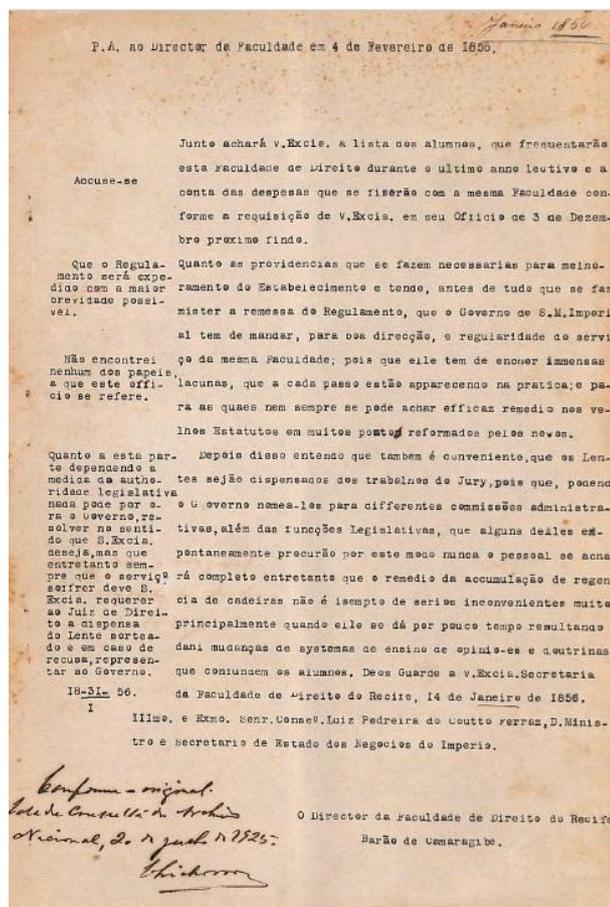
Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

RESULTADOS E ANÁLISES

Os resultados da ação de extensão realizados no Arquivo da Faculdade de Direito do Recife revelam grande êxito para com o intuito de conservar a documentação existente e dar visibilidade ao patrimônio histórico ali presente. Com o intuito de realizar a conservação preventiva do acervo, foi possível efetuar a higienização e acondicionamento adequados de dezenas de documentos importantes, conforme referido nos métodos utilizados.

No sentido de tornar o acervo mais acessível à sociedade, foi possível realizar a digitalização de documentos, destacando, dentre estes, todas as correspondências enviadas pela Faculdade de Direito do Recife (Curso Jurídico de Olinda) entre os anos de 1827 a 1895. Esse resultado pode ser analisado como de extrema relevância para a sociedade, pesquisadores e estudantes, visto que, o período em que a FDR estava instalada em Olinda (1828-1854) é, de um modo geral, escasso em documentação e dados.

Figura 12: Correspondência do século XIX digitalizada.



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Foram também digitalizadas as “Atas da Congregação” dos anos de 1862 a 1979. Neste ponto, visando a dinamizar o acesso e a disseminação das informações, contou-se com a prestímosa colaboração da Companhia Editora de Pernambuco (CEPE). Através da parceria firmada no curso do ano de 2018, foi possível a digitalização dos referido documentos, pois são de grande dimensão física e assim, de difícil digitalização em um *scanner* de mesa, como o disponível no arquivo.

A digitalização acarreta inúmeros benefícios, como melhorar o acesso à informação, permitir o intercâmbio de acervos documentais e de seus instrumentos de pesquisa por meio de redes informatizadas, promover a difusão e a reprodução dos acervos arquivísticos não digitais, em formatos e apresentações diferenciados do original e auxiliar na preservação e na segurança dos documentos originais que estão em suportes não digitais, por reduzir seu manuseio. Logo, o trabalho da extensão universitária se mostrou extremamente frutífero neste aspecto.

É de se frisar, também, o importante e ampliado proveito do sítio eletrônico⁴ e da página na rede social Facebook⁵, canais através dos quais foi feita a divulgação dos materiais digitalizados. Na página da rede social supracitada, se fez a divulgação de datas comemorativas, personalidades e curiosidades relativas a FDR e aos seus ilustres alunos/professores. Já no site, executou-se, além da divulgação dessas informações, a abertura do acesso direto aos documentos digitalizados em formato *pdf*. É a tecnologia auxiliando o trabalho de resgatar a história e memória institucional.

Inclui-se também como um valioso e expressivo resultado do trabalho da extensão universitária a realização da “*II Semana Nacional de Arquivos na FDR*”. A iniciativa, no plano nacional é impulsionada pelo Arquivo Nacional em comemoração ao Dia Internacional dos Arquivos. Especificamente na Faculdade de Direito do Recife, o evento foi organizado pelo projeto de extensão em comento e também pelo Projeto Memória FDR no período de 4 a 16 de junho de 2018, contando com uma vasta programação voltada à reflexão sobre o patrimônio arquivístico e sobre a preservação dos acervos.

A abertura do evento deu-se com a exposição “A história da FDR em documentos”, através da qual foram expostos no salão de entrada do edifício histórico da Faculdade vários documentos relativos ao cotidiano da vida acadêmica e administrativa da instituição em diversos períodos. Dentre outros documentos, foram exibidos: o termo de posse do bacharel Clóvis Beviláqua datado de 12 de março de 1891; o Estatuto do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife do ano de 1938; a guia de transferência de Joaquim Nabuco da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (São Paulo) para a Faculdade de Direito do Recife em 24 de novembro de 1868; e o histórico escolar da estudante Maria Bernadette Neves Pedrosa, bacharel em 1959, e primeira mulher a ser admitida como professora da Faculdade de Direito do Recife no ano de 1965. A exposição permaneceu montada dos dias 4 a 8 de junho de 2018.

No dia 5 de junho ocorreu no Espaço Memória da FDR uma roda de conversa que tinha como temática “Arquivos, Patrimônio e Memória” que contou com a participação das palestrantes Angélica Borges⁶, Fabiana Dantas⁷ e Mônica Pádua⁸. As discussões foram mediadas pelo professor Humberto Carneiro⁹. O debate foi riquíssimo e de extrema

⁴ <https://www.ufpe.br/arquivocj>

⁵ <https://www.facebook.com/arquivodocj/>

⁶ Técnica em restauração da FDR.

⁷ Procuradora federal do IPHAN/PE.

⁸ Historiadora e chefe do Memorial da Justiça do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

⁹ Doutor em Direito e coordenador do Projeto Memória Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife.

importância para estimular o pensamento crítico em torno da temática da preservação e do valor dos patrimônios arquivísticos.

Por fim, o evento contou com duas visitas guiadas às instalações da Faculdade de Direito do Recife. A primeira ocorreu no dia 08 de junho e foi feita ao Arquivo e à Hemeroteca da FDR. A segunda, ao prédio histórico da própria Faculdade, no dia 16 de junho de 2018. Ambas as visitas foram realizadas com a supervisão de servidores e/ou extensionistas, contando com grande participação da comunidade externa à Faculdade.

Logo, com participação de estudantes, técnico-administrativos, docentes e comunidade externa, o evento da “II Semana Nacional de Arquivos na FDR” proporcionou a reflexão acerca da pesquisa e da preservação do patrimônio documental. Os objetivos do evento foram a divulgação do acervo e o estímulo à visitação, possibilitando uma aproximação efetiva entre a sociedade pernambucana e a história da Faculdade de Direito do Recife, consolidando uma imagem positiva do Arquivo enquanto lugar de memória.

Figura 13: Exposição de documentos no salão de entrada da FDR, por ocasião da abertura da II Semana Nacional de Arquivos



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 14: Roda de conversa realizada na II Semana Nacional de Arquivos



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 15: Visita guiada ao Arquivo da Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

Figura 16: Visita guiada ao edifício histórico da Faculdade de Direito do Recife



Fonte: Projeto Memória FDR (2018)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou os objetivos, métodos, atividades e resultados transcorridos durante a vigência da ação extensionista universitária intitulada “Projeto Preservando a Memória da Faculdade de Direito do Recife: acesso ao Arquivo Histórico” o qual, dentre outros aspectos, objetivou contribuir para o acesso da população aos bens culturais e envolver estudantes e membros externos à comunidade acadêmica nos esforços de preservação de tais bens.

Apesar de todos os transcurros sofridos pelo Arquivo da FDR ao longo da história, e mesmo com os anos que se manteve esquecido, nunca perdeu sua importância histórica, como percebido através dos projetos de extensão e ações extensionistas a ele vinculadas. O seu acervo histórico, em que pese as devidas limitações, é sem dúvida um patrimônio inestimável da Faculdade de Direito do Recife e de todo o país. Nesta perspectiva, reafirma-se à sociedade, a importância do Arquivo da FDR para a compreensão da história jurídica do Brasil, tendo em vista a riqueza do presente espaço como detentora de memória e imensurável fonte de informação.

Por isso, a relevância e êxito das ações do projeto de extensão realizadas com vistas a contribuir para a conservação e acessibilidade documental, promover a integração da sociedade com a universidade e auxiliar na garantia do acesso aos bens que constituem o patrimônio cultural da Faculdade de Direito do Recife. Dessa forma, entende-se que tal ação extensionista contribuiu para fornecer aos extensionistas uma formação responsável e cidadã integrada aos mais elevados valores sociais, ao integrar estudantes de diversas áreas do conhecimento em um processo interdisciplinar em diálogo com a sociedade, comprometido

com a transformação da IES em que executada e atenta à construção de conhecimentos voltados para o desenvolvimento social e aprimoramento cultural pátrios.

O aqui analisado projeto de extensão universitária, realizado em um histórico arquivo de uma universidade pública brasileira e que pressupõe a necessidade de preservação dos lugares de memória, constitui-se em um exemplo de expressão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, fixada pela Constituição de 1988, em que se sensibilizam os membros envolvidos em sua execução não apenas quanto ao sentido de “ter direitos”, como também o de “ser agente colaborador” na preservação do patrimônio cultural brasileiro e no fomento ao acesso à cultura.

REFERÊNCIAS

BEVILÁQUA, Clóvis. **História da Faculdade de Direito do Recife**. 3. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 18 jan. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 18 jan. 2018.

CÂMARA, Phaelante da. **Memória histórica da Faculdade do Recife**, ano de 1903. Recife: Imprensa Industrial, 1904.

CARNEIRO FILHO, Humberto João. et al. Acesso à cultura e preservação de lugares de memória na Faculdade de Direito do Recife. **Expressa Extensão**. ISSN 2358-8195, v.24, n.1, p. 06-24, jan-abr, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/expressaextensao/article/view/14293>. Acesso em: 29 jan. 2018.

FERREIRA, Pinto. **História da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: Editora Universitária, 1981.

NORA, Pierre. **Entre memória e história**: a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

SILVA, Armando B. Malheiro. **Arquivística**: teoria e prática de uma Ciência da Informação. Porto: Afrontamento, 1998.

VEIGA, Gláucio. **Origem da atual área da Faculdade de Direito do Recife**. Recife: A Faculdade, 1998. (Série Cadernos da Faculdade; nº 1).

VENÂNCIO FILHO, Alberto. **Das arcadas ao bacharelismo**: 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 2011.

Recebido em: 11/03/2019

Aceito em: 03/12/2019